

Não podemos deter-nos em cada um dos traços apontados, o que nos leva a destacar alguns elementos a respeito dos quais gostaríamos de tecer alguns comentários.

Assim, no parágrafo 1.8.5, ao falar da substituíbilidade, critério de importância capital numa análise distribucional, o autor, partindo do par de frases: *Nós chegamos tarde ao concerto e Ontem chegamos tarde ao concerto*, afirma que “teríamos de admitir que *nós e ontem* são substituíveis nesse contexto, e que portanto devem receber um traço comum” (p. 40). Levanta, em seguida, um grupo de quatro frases em que não pode haver coocorrência de *nós e ontem*, com o objetivo de mostrar que não devem receber o traço comum. Ora, um dos princípios da análise distribucional estabelece justamente que os elementos que coocorrem não podem pertencer ao mesmo paradigma; em outros termos, os elementos de um mesmo paradigma são exclusivos. A possibilidade de combinarmos *nós e ontem* no par proposto: *Ontem nós chegamos tarde ao concerto* já é suficiente para mostrar que não são elementos comutáveis.

No parágrafo 2.5.2 (p. 107 e ss.), apresenta a hipótese de que o objeto direto e o predicativo do sujeito não devem ser diferenciados, alicerçando-se nos critérios previamente apresentados. Contudo, convém, aqui também, lembrar que alguns dos critérios formais propostos por Perini (concordância verbal e apassivação) conduzem à diferenciação dos dois termos: o predicativo pode concordar com o verbo *ser* (*Tudo são flores*), o que não se dá com o objeto direto; este último passa a ser sujeito na construção passiva, o que não acontece com o predicativo. cremos, portanto, que há boas razões formais para distinguir os dois termos.

Ao tratar do vocativo, no parágrafo 2.9.3, considera-o “uma noção discursiva, e não estritamente sintática” (p. 141). Lamentamos que isole o estudo do vocativo do estudo do aposto explicativo, o qual é examinado no capítulo seguinte. O aposto explicativo é também um elemento intervirgulado e permutável no interior da frase. Acrescente-se que, a rigor, o vocativo é um tipo especial de aposto de segunda pessoa, como muito bem o assinala Otto Jespersen, em sua *Analytic syntax* (e, para não esquecer a boa prata da casa, lembremos que é também a posição de Eduardo Carlos Pereira, a partir da terceira edição de sua *Gramática expositiva*).

Evidentemente, não é nosso objetivo negar os grandes méritos da *Sintaxe portuguesa*, fruto de uma pesquisa desenvolvida com o máximo de empenho. Anuncia-se, no prefácio, um segundo volume, que, esperemos, seja publicado brevemente e que, com toda a certeza, lançará muitas luzes sobre as considerações acima.

Prof. Dr. Valter Kehdi

ANTÓNIO VIEIRA – Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. A critical edition. Introduction and commentary by Frits Smulders. Middelburg 1989. LXVIII + 375 + XXII páginas

Trata-se de tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica de Nimega, Holanda, por Frits Smulders que teve como orientador o Prof. José van den Besselaar, conhecido e competente estudioso do Padre Antônio Vieira. A leitura do presente trabalho nos deixa a certeza de estarmos diante de realização verdadeiramente notável, pois o autor procedeu à análise de todas as fontes disponíveis do *Sermão* e enfrentou todos os problemas de exegese textual, de rastreamento de fontes – mormente bíblicas e clássicas – e de elucidação de caráter lingüístico. O Prof. Smulders dá-nos uma idéia sucinta mas precisa das dificuldades que enfrenta um editor de Vieira, tendo em vista a existência de *textus deteriores* que conseguiram infiltrar-se em publicações dirigidas por competentes estudiosos, como ocorreu, entre nós, com a reprodução facsimil-

lar de alguns volumes da Editora Anchieta, aos cuidados do Padre Augusto Magne. Das muitas questões ventiladas nos minuciosos comentários do Prof. Smulders interessam mais de perto aos leitores desta revista aqueles de natureza lingüística e, neste particular, podemos afirmar que temos muito que aprender com a leitura desta tese.

O autor consultou vários comentadores de outros sermões do Padre Antônio Vieira e, principalmente, as lições do seu orientador Prof. Besselaar; concorda com eles em quase todos os lugares, mas, em alguns, traz fortes argumentos para seguir por caminho diferente. Assim, em outros casos, discorda da lição de Cantel segundo a qual em Vieira “(le) nom abstrait employé au pluriel est encore plus fréquent qu’au singulier” (pág. 265). Para o autor, nomes como *ingrati-dão*, *cegueira*, *consideração*, *humildade*, entre outros, ocorrem com mais freqüência no singular do que no plural. Também não concorda com aqueles comentadores que vêem o vocábulo *clima*, na passagem de A 342-344 *regiões e climas* empregado com a antiga significação de climas astronômicos, matemáticos ou solares pelos quais, consoante o critério de latitude, a terra era dividida em zonas; assim clima valia por “região, zona terrestre”. O Prof. Besselaar, nas suas “Acheegas para o estudo lexiológico da obra vieiriana” (in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. XIII (1974-1975), páginas 222-246), ensina-nos que a significação antigamente predominante do vocábulo era a geográfico-astronômica (‘região, país’) e só mais tarde é que passou a denotar o ‘conjunto de condições metereológicas de uma dada região’ (pág. 227). Para o Prof. Smulders *clima* já cedo se usou nesta última significação e acredita que alguns exemplos de Camões aduzidos nas *Acheegas* vêm comprovar seu ponto de vista, como é o caso de *Lus.*, I, 29, 3-4:

Tantos Climas e Ceos experimentados  
Tanto furor de ventos inimigos

ou ainda este, não referido nas *Acheegas*, que “is evèn less equivocal, because of the opposition *clima-região*” (pág. 298) (e lembra a semelhança do passo de Vieira aqui discutido):

Nos conta, lhe dizia, diligente  
Da tua terra o clima, e região  
Do Mundo...

(*Lus.*, II, 109, 2-3).

Não pensa como o Prof. Smulders uma grande autoridade em astronomia e, especialmente, em astronomia d’*Os Lustadas*, o Prof. Luciano Pereira da Silva, e preferimos, de nossa parte, perfilhar esta última opinião. Todavia, o problema aqui é saber se, passado um século, *clima* já adquirira a nova acepção metereológica e, em caso afirmativo, se Vieira assim o empregou. Em relação ao português falta a documentação necessária – ou, pelo menos, a desconhecemos – para uma resposta abalizada; quanto ao italiano, porém, há documentação que comprova o novo emprego metereológico do termo já no séc. XVI (cf. o *Dizionario etimologico* de Cortelazzo-Zolli, I, s.v.) e, no século seguinte, na acepção figurada de ‘conjunto de condições e situações polfticas, culturais e afins de um ambiente ou período’. O prestante *Dicionário etimológico* do Prof. José Pedro Machado, ao referir-se a esta última significação, ensina que o uso da palavra como ‘atmosfera sentimental’ “deve-se ao fr. *climat*, divulgado graças ao título do romance de André Maurois, *Climats* (1928)” (I, 2ª ed., pág. 639). Estudos mais recentes retrodataram esse emprego em francês e o *Dict. étymologique* de Bloch-Wartburg, depois de aludir, na 1ª ed., a *Climats*, de Maurois, já amplia o tempo a “depuis Lamartine”.

Feita esta excursão, tornemos ao exemplo de Vieira. A similitude lembrada pelo Prof. Smulders entre os passos de Vieira e Camões, longe de apoiar sua tese, vai de encontro a ela, cremos nós. Ora, sabemos que Sacrobosco “limitava ao sul o Mundo habitável pelo paralelo 12º 45’ de latitude norte, princípio do clima de Méroe” e que as navegações portuguesas ao longo da costa africana “foram, porém, recuando aquele limite, juntando aos climas conhecidos novos climas”, para reproduzir a lição de Pereira da Silva (*A astronomia de Os Lustadas*, pág. 136

ed. da Junta de Investigações do Ultramar), que cita do poeta:

Determinão o náutico aparelho  
Pera que com sublime coração  
Vaa a gente que mandar cortando os mares  
A buscar novos climas, novos ares

(IV, 76).

A passagem de Vieira alude exatamente à expansão náutica dos portugueses, expansão que fez que o mundo conhecesse novas regiões e, conseqüentemente, novos climas. É interessante lembrar ainda que o trecho deixa transparecer com nitidez as marcas da reminiscência de leitura do poema camoniano:

“Que a larga mão com que nos destes tantos domínios e reinos não foram mercês de vossa liberalidade, senão cautela e dissimulação de vossa ira, para aqui fora e longe de nossa pátria nos matares, nos destruíres, nos acabares de todo. Se esta havia de ser paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e climas não conhecidos? Para que constrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no oceano, que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de Portugueses” (págs. 174-176 da ed. de Smulders segundo a tradição A).

Outra particularidade que o comentarista ressalta (pág. 304) é que, na época de Vieira, o vocábulo *colônia* não conhecia o significado atual, mas sim de *povoação, cidade*:

“Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amsterdão, Meldeburg e Flisinga e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias.”

A palavra para indicar o significado moderno imperialista de *colônia* era *província*, que ocorre em:

“e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que à miserável província do Brasil” (pág. 140).

Segundo o Prof. Smulders, o significado moderno de *colônia* fixou-se no século XVIII durante a administração do Marquês de Pombal.

Desconhecendo a história da Palavra, o Prof. Mário Gonçalves Viana equivoca-se, como lembra o Prof. Smulders, ao dizer o seguinte:

“É interessante acentuar que Vieira não chamava colônia ao Brasil, e sim província, igualando-a às outras províncias de Portugal, o que demonstra que já naquela época a concepção da unidade do Império Português era perfeita” (*Sermões e lugares selectos*, pág. 160 n. 1).

O estudioso de Vieira, o pesquisador da língua do século XVII, os filólogos, lexicógrafos e etimólogos têm muito que recolher da leitura desta cuidada edição e destes preciosos comentários que põem a presente obra na mesma altura das eruditas edições vieirinas trazidas à luz pelas *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*. Está, portanto, de parabéns a lusitanística por ter mais este novo e competente pesquisador que é o Prof. Frits Smulders entre os muitos que a Holanda já ofereceu, dos quais desejamos ressaltar aqui a figura do Prof. José van den Besselaar.

Evanildo Bechara